

Comentários a partir do artigo "A violência política na América Latina"

Teresa Pires do Rio Caldeira

O artigo de Gláucio Ary Dillon Soares mostra claramente as discrepâncias de informações sobre violência política existentes entre fontes produzidas em países do chamado Primeiro Mundo, e geralmente em inglês, e fontes de diversos países da América Latina em suas próprias línguas. Não resta dúvida de que as diferenças são imensas e de que a tendência das fontes anglo-saxãs a subestimar e definir de maneira inadequada os casos de violência política e, conseqüentemente, produzir análises enviesadas, é grave. Face a esse diagnóstico, o autor enfatiza a necessidade de se consultarem fontes nacionais, provinciais e locais, bem como considerarem as formas específicas da violência política nos diversos países (por exemplo, incluindo nos casos arrolados os "desaparecidos" e não apenas assassinatos e execuções políticas). Gostaria de sugerir algumas críticas adicionais e complementares àquelas oferecidas por Soares. De um lado, gostaria de argumentar que as fontes nacionais e locais podem ser tão enviesadas e manipuladas quanto as "globais". Afinal, se o que se considera violência é uma construção política e social e se o que se considera passível ou não de divulgação sobre ela é uma decisão política, isso ocorre tanto nas redes de informações dos países ditos "globais" quanto dos latino-americanos, e os indicadores locais não podem ser independentes dessas construções. De outro lado, gostaria de apresentar indagações adicionais à definição do que seja violência política, tomando o caso do Brasil atual como exemplo.

Realizando uma crítica às análises e indicadores já existentes, Soares trabalha com critérios já formulados de violência política. Na maior parte do artigo, toma como violência política atos de assassinatos, prisões ilegais, execuções sumárias e desaparecimento praticados contra opositores políticos. Além disso, a análise associa esses atos a situações de guerra civil e ditadura e parece tomá-los como indicadores do caráter do regime político em que ocorrem. O autor salienta em uma nota de rodapé que a tortura policial é praticada em vários países com regime constitucional, mas ela é excluída da análise por não ser considerada política. Isso sugere que a caracterização de um regime político como violento não é tanto função exclusiva da violência praticada pelo Estado como do tipo de vítima dessa violência: se é um opositor político, a violência é classificada como política e o regime pode ser classificado como violento; se é um suposto criminoso, a violência não é classificada como política e o regime poderia ser democrático. Na última parte do artigo, Soares questiona a universalidade da noção de violência política e exemplifica sua variabilidade entre países, argumentando, conseqüentemente, que é difícil a construção de indicadores comparáveis a nível internacional. Nesse contexto, a noção do que seja violência política é questionada e ampliada, e ela passa a incluir toda violência praticada em "conflitos politizados" (como a violência rural na América Latina e a interétnica em Sri Lanka). Gostaria de argumentar, contudo, que esses critérios ainda fornecem um referencial estreito para a questão da violência política e não são capazes de esgotar as complicadas relações entre violência, regime político e disponibilidade de informações sobre essa violência. De acordo com os critérios acima, a violência política praticamente inexistiria no Brasil; no entanto, outras formas de violência não política nos sentidos acima parecem não apenas ser pervasivas na sociedade brasileira como apresentar sérias ameaças à consolidação democrática e ao exercício da cidadania.

Alguns dados sobre a violência praticada pelos aparatos policiais no Brasil e sobre a maneira de sua divulgação podem nos ajudar a olhar de maneira mais crítica a questão da violência política. O autor nota que a censura durante períodos de ditadura ou guerra civil compromete a circulação de dados sobre violência política. Conseqüentemente, a censura à divulgação de informações imposta pelo regime militar brasileiro limitou consideravelmente a publicação e

circulação de dados sobre violência política e desrespeito a direitos civis e humanos. Foi apenas no final do regime militar e graças sobretudo ao *Brasil Nunca Mais* que muitas informações (declaradamente subestimadas) vieram a público. Segundo o autor, podemos contar a ocorrência de pelo menos 357 mortes por razões políticas entre 1963 e 1979 (incluindo 88 mortes em conflitos agrários). Esses dados foram mantidos secretos e censurados e foi somente graças à persistência e coragem de alguns pesquisadores e militantes de direitos humanos que eles vieram a público quando a conjuntura política assim o permitiu. Na produção de dados mais acurados sobre a violência política cometida pelo regime militar está implícita, portanto, uma distância temporal (e política) entre os eventos e a possibilidade de sua divulgação. Provavelmente, à época em que ocorreram essas mortes, as fontes nacionais e locais sob censura não forneceriam dados muito mais acurados do que os disponíveis na imprensa internacional, e talvez fossem até piores, pois enquanto organismos internacionais podiam denunciar no exterior violações de direitos humanos, a imprensa nacional, sob censura, não podia fazê-lo. Foi a mudança da conjuntura política e não apenas o tipo de fonte (se local ou global, por exemplo) que determinou a qualidade da informação.

Em radical contraste com o que ocorreu durante o regime militar (em que os casos de violência foram censurados), em 1991, durante a vigência de um regime constitucional e na ausência de repressão política, a Polícia Militar de São Paulo ofereceu à imprensa livre a informação de que apenas naquele ano 1.171 civis haviam morrido "em confronto com a polícia"; apenas no primeiro semestre de 1992 foram 752 mortos. Ainda segundo informações da própria PM, durante o período 1981-91 um total de 5.235 pessoas morreram em confronto com a Polícia Militar em São Paulo, 43 por cento delas entre 1989 e 1991.(1) Para completar esse quadro negro estão as pelo menos 111 mortes da Casa de Detenção em outubro de 1992 e as imagens comparáveis às dos campos de concentração.

Esses dados levam a uma série de questões interligadas e que afetam o tema da violência política e de seus indicadores. Primeiro, a questão mais óbvia: o que classificamos como violência política? O que significa a divisão entre violência política e policial se ambas são geralmente praticadas pelas mesmas instituições? No caso do Brasil, essa divisão não significa um desvio do foco da violência que, no limite, leva a apagá-las das análises sobre a realidade política nacional? De acordo com o critério "violência política" (arbitrariedades praticadas contra opositores políticos ou violência praticada em conflitos politizados), não temos hoje violência política no Brasil e vivemos um período democrático e de vigência constitucional (eleições, liberdade de organização, imprensa livre, ausência de prisioneiros políticos etc.).

Como considerar, então, a imensa violência ilegal praticada pelos aparelhos policiais na suposta repressão ao crime? Sem considerar essa violência cotidiana praticada sobretudo contra as camadas mais pobres e os negros e que ajuda a compor o padrão de dominação a que estão submetidos, não estamos negligenciando um aspecto fundamental para o entendimento do papel da violência na cultura, na sociedade e na política brasileiras? Em suma, o que o critério "político" que exclua a violência policial contra o crime comum pode indicar sobre a violência estatal e o estilo de dominação política em países como o Brasil ou a Colômbia, por exemplo? Como pensarem cidadania e democracia face a esse incrível indicador do exercício de violência ilegal pelos aparelhos do Estado?

Segundo, deve-se considerar a questão da divulgação do número de mortes pela polícia. O que leva a polícia a tornar públicas ao invés de manter secretas - como nos regimes ditatoriais - as informações sobre o número de mortes? A que serve a construção dessas estatísticas e sua divulgação? As conjunturas em que têm sido divulgadas essas informações levam a crer que tanto para a polícia quanto para a população as notícias das mortes são tratadas como indicador da eficiência da polícia. Afinal, foi o próprio governador do Estado de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho, na época secretário de Segurança Pública, que declarou à imprensa, após uma seqüência de mortes de pessoas sem antecedentes criminais por policiais militares que:

"O fato de ter ocorrido este ano reais mortes causadas pela PM significa que ela está mais atuante... O choque entre policiais e marginais tende a aumentar. No meu ponto de vista, o que a população quer é que a polícia chegue junto". (Folha de São Paulo, 28.11.1989, **'Fleury diz que a PM vai matar mais este ano'**).

A atuação policial é vista necessariamente como violenta pelas autoridades policiais, e é com naturalidade que se fala dela e se manipula politicamente seus indicadores. Enquanto a violência contra opositores políticos é tratada como exceção a ser escondida, a violência policial é vista como algo a ser divulgado. E de fato, apesar do número escandaloso de mortes de civis pela polícia nos últimos anos e de sua ampla divulgação pelos meios de comunicação, elas são aceitas com naturalidade e sem indignação por parte considerável da população. Mais do que isso, recentes

pesquisas de opinião evidenciam o apoio à violência. Pesquisa por telefone do DataFolha apurou que um terço da população de São Paulo é a favor do massacre na Casa de Detenção. De acordo com O *Estado de São Paulo*, 44 por cento da população ouvida era a favor do massacre. Muitas dessas pessoas saíram às ruas em manifestações a favor da polícia.

Obviamente, tal apoio e naturalidade e as concepções que lhes são adjacentes estão associados a opiniões também amplamente difundidas de apoio à pena de morte, à execução sumária e à tortura de presos comuns, bem como a campanhas contra a defesa de direitos humanos para esses prisioneiros. Estão ainda associados a uma descrença no sistema jurídico e a um apoio a formas privadas e ilegais de vingança.⁽²⁾ Fossem diferentes as opiniões da população e provavelmente a polícia faria o possível para manter secretas as informações sobre mortes de suspeitos, tal como ocorria no governo militar. Provavelmente também haveria menos mortes. Nessas circunstâncias, não seria essa aceitação da violência policial como um fato normal um indicador fortíssimo do papel da violência na nossa cultura política?

Essa diferença nas visões da violência - que rejeita e esconde aquela praticada contra opositores políticos e aceita aquela praticada contra prisioneiros comuns - não apenas influi na divulgação de dados como, a meu ver, é fundamental para o entendimento das noções de cidadania compartilhadas pela população brasileira, bem como para a caracterização de seus regimes políticos. Ela revela a diferente maneira pela qual se avaliam e garantem direitos políticos e civis. Ao manter essa dicotomia entre violência política de um lado e policial do outro - como fazem os órgãos de segurança e a maioria da população - não estaremos apenas reproduzindo as condições para a naturalização da violência policial e para o contínuo desrespeito aos direitos individuais? Como considerar as possibilidades de consolidação de um regime democrático no Brasil e de expansão dos limites da cidadania sem enfrentar a questão política da violência policial e do apoio da população não apenas a essa violência mas a outras formas privadas de vingança (j. ujusticeiros, esquadrões etc.) e, portanto, de desrespeito à ordem constitucional? Ao que parece, atualmente no Brasil a questão do crime comum parece vir sendo tratada crescentemente em termos privados (segurança privada, legal e ilegal) e não políticos. No entanto, não é essa privatização um sério problema para a consolidação democrática e a expansão da cidadania?

Longe de esgotar a questão da violência política e seus indicadores, as observações acima sugerem - em concordância com Soares - o quão construídas social e politicamente são as noções do que seja ou não violento, aceitável, crime, político e, conseqüentemente, do que seja passível de ser divulgado por diferentes meios de comunicação. No entanto, essas observações também sugerem que no caso brasileiro a consolidação democrática não pode ser pensada apenas em termos do que vem sendo definido como violência política. A prática da cidadania no Brasil tem como desafios centrais a violência policial e a prática da justiça. Os dados "nacionais" subestimam em uns contextos ou superestimam em outros os números da violência, ou seja, constroem politicamente os indicadores e as noções de violência política, tanto quanto os dados "globais".. A crítica às construções nacionais é assim tão importante quanto aquela das fontes internacionais, e é ela que pode nos indicar que o ocultamento da violência policial como não-política e no limite como não-violência é um dado fundamental do padrão nacional de dominação política. Afinal, o Brasil contemporâneo, sem violência política em sentido estrito, parece estar longe de ser um país menos violento e com aparelhos repressivos menos violentos do que o foi durante o regime militar, como parece estar longe de ser um país em que o exercício da cidadania, embora estendido politicamente, tenha sido ampliado de maneira considerável no que se refere aos direitos individuais.

Notas

1. Para o período 1981-89, ver Paulo Sérgio Pinheiro, Eduardo Izumino e Maria Cristina Jakimiak Fernandes, "Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). *Revista USP*, 9, 1991, p. 97.

2. Sobre a oposição aos direitos humanos e o apoio a uma atuação da polícia ver Teresa Pires do Rio Caldeira, *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. PhD. Dissertation, University of California, Berkeley, 1992.